



Demonstrações financeiras consolidadas

31 de março de 2015

REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

ÍNDICE

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO	4
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	10
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015	15
1 INFORMAÇÃO GERAL	15
2 BASE DE PREPARAÇÃO	19
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	19
4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	23
5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS	26
6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	30
7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	32
8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS	37
9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	39
10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER	42
11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	43
12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	47
13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS	48
14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	49
15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS	52
16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	53
17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR	54
18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	55
19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO	55
20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS	56
21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	56
22 GASTOS COM PESSOAL	56

23	OUTROS GASTOS OPERACIONAIS	57
24	GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS	57
25	CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO	57
26	RESULTADO POR AÇÃO	58
27	DIVIDENDOS POR AÇÃO	59
28	GARANTIAS PRESTADAS	59
29	PARTES RELACIONADAS	60
30	EVENTOS SUBSEQUENTES	63

1. DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO

1.1 RESULTADOS 1º TRIMESTRE 2015

PRINCIPAIS INDICADORES

No 1º trimestre de 2015, o EBITDA registou um crescimento de 9,4% (+11,8M€) quando comparado com o mesmo período do ano anterior, situando-se nos 138,3M€. Este aumento resultou essencialmente da mais-valia gerada com a venda da participação de 1% que o Grupo REN detinha na Enagás (+20,1M€), operadora da rede de transporte de gás natural em Espanha, parcialmente compensado pelo impacto negativo que as alterações introduzidas no novo período regulatório tiveram nos proveitos do grupo.

O resultado financeiro cresceu 16,5% (+4,8M€) face ao primeiro trimestre de 2014, influenciado pela redução significativa de custo médio da dívida, que passou de 4,8% para 4,1%. Por sua vez, a dívida líquida situou-se nos 2.371,7M€, mantendo-se praticamente inalterada face ao mesmo período do ano anterior.

Desta forma, o resultado líquido apresentou um crescimento de 49,8% (+13,1M€), ascendendo a 39,4M€. Apesar desta evolução positiva, o resultado líquido recorrente decresceu 8,8% (-2,9M€), afectado pela redução dos proveitos regulados no sector eléctrico resultante das alterações ao panorama regulatório.

O Capex registou um decréscimo de 1,1M€ (-12,0%), situando-se nos 8,4M€, explicado essencialmente pelo decréscimo verificado no segmento do Gás Natural. As transferências para exploração ascenderam a 0,6M€, uma redução de 5,6M€ (-90,0%) face ao mesmo período do ano anterior. Contrariamente, o RAB médio do grupo apresentou uma evolução positiva, crescendo 10,7M€ (+0,3%), para os 3.512,4M€.

Principais indicadores	Março 2015	Março 2014	Var.%
[Milhões euros]			
EBITDA	138,3	126,5	9,4%
Resultado financeiro	-24,5	-29,3	16,5%
Resultado líquido	39,4	26,3	49,8%
Resultado líquido recorrente	30,3	33,3	-8,8%
Capex total	8,4	9,5	-12,0%
Transferências para Exploração ¹ (a custos históricos)	0,6	6,2	-90,0%
RAB médio (a custos de referência)	3.512,4	3.501,7	0,3%
Dívida líquida	2.371,7	2.366,6	0,2%
Custo médio da dívida	4,1%	4,8%	-0,7 p.p.

¹ Inclui aquisições directas RAB related

RESULTADO OPERACIONAL – EBITDA

O EBITDA ascendeu a 138,3 M€, verificando-se um aumento de 11,8 M€ (+9,4%) face ao período homólogo do ano anterior.

A contribuir de forma favorável para esta evolução estiveram:

- **A mais-valia gerada com a venda da participação da Enagás (+20,1M€);**
- **O aumento de 2,4M€ no incentivo à manutenção em exploração de equipamentos em fim de vida útil**, resultante das alterações introduzidas pelo novo período regulatório no sector eléctrico. A principal alteração regulatória no cálculo deste incentivo foi uma melhoria no parâmetro associado à extensão da vida útil, cujo efeito positivo compensou a descida na taxa de remuneração destes ativos;
- **A evolução positiva da recuperação de amortizações (+1,6M€; +3,6%)**, consistente com o aumento da base de ativos regulada.

Por outro lado, o EBITDA foi negativamente influenciado por:

- **Descida de 11,1M€ (-24,7%) na remuneração dos activos da electricidade**, como reflexo da redução da taxa de remuneração sem prémio de 7,87% para 6,00%, e da taxa de remuneração com prémio de 9,37% para 6,75%. As principais alterações decorrentes do novo período regulatório com impacto na remuneração dos activos da electricidade foram: i) a alteração do indexante da taxa de remuneração dos activos, que passa a estar indexado à cotação média aritmética diária das OT da República Portuguesa a 10 anos, tendo sido definido um ponto de partida do RoR de 6,4% (que compara com 9,0% no período anterior), ii) e a redução do prémio para investimentos eficientes de 1,5% para 0,75%;
- **Descida de 1,7M€ (-6,9%) nos proveitos de Opex do grupo**, dos quais -2,2M€ resultaram da alteração aos parâmetros que definem a remuneração dos custos operacionais da actividade de transporte da electricidade, fruto dos valores de referência tomados como base para o novo período regulatório.

EBITDA	Março 2015	Março 2014	Var.%
[Milhões euros]			
1) Proveitos de Ativos	109,9	117,6	-6,5%
Remuneração do RAB	54,0	66,7	-19,1%
Diferenças de alisamento e efeito de neutralidade (gás)	-0,9	-2,0	52,9%
Remuneração Terrenos	0,1	0,0	69,0%
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,2	0,2	-1,2%
Remuneração Ativos fim-de-vida	4,6	2,2	110,6%
Recuperação Amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	47,6	46,0	3,6%
Amortização dos subsídios ao Investimento	4,5	4,4	0,6%
2) Proveitos de Opex	22,6	24,2	-6,9%
3) Outros Proveitos	25,2	3,0	731,8%
4) TPE's (capitalizados no Investimento)	3,7	4,6	-20,4%
5) Rendimentos de construção - Ativos Concessionados	4,7	4,9	-4,3%
6) OPEX	23,1	23,0	0,5%
Custos com Pessoal	12,5	13,1	-4,4%
Custos Externos	10,5	9,8	7,1%
7) Gastos de Construção - Ativos Concessionados	4,7	4,9	-4,3%
8) Provisões	0,0	0,0	n.m
9) Imparidades	0,0	0,0	n.m
10) EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9)	138,3	126,5	9,4%

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido do 1º trimestre de 2015 situou-se nos 39,4 M€, uma subida de 49,8% (+13,1M€) face ao mesmo período do ano anterior. Esta evolução positiva foi influenciada não só pelo contributo positivo do EBITDA (+11,8M€), mas também pelo bom desempenho do resultado financeiro do grupo, que registou um aumento de 4,8M€ (+16,5%), fortemente influenciado pela redução significativa do custo médio da dívida (que passou de 4,8% para 4,1%).

Quando expurgado de efeitos não recorrentes, o Resultado Líquido Recorrente decresceu 8,8% (-2,9M€), devido essencialmente às alterações regulatórias no sector eléctrico com impacto negativo nos proveitos regulados. Os itens não recorrentes considerados no 1º trimestre de 2015 e no mesmo período de 2014 são os seguintes:

- i) Em 2015: i) *cost of carry* do penhor do Banco Europeu de Investimento (1,0M€; 0,7M€ após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2015 (6,4M€); iii) Mais-valia gerada com a venda da participação detida na empresa Enagás (-20,1M€; -16,1M€ após efeito fiscal);

- ii) Em 2014: i) *cost of carry* do penhor do Banco Europeu de Investimento (1,1M€; 0,7M€ após efeito fiscal); ii) Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético definida no Orçamento de Estado para 2014 (6,2M€).

Resultado Líquido [Milhões euros]	Março 2015	Março 2014	Var.%
EBITDA	138,3	126,5	9,4%
Amortizações	51,9	50,4	3,0%
Resultados Financeiros	-24,5	-29,3	16,5%
Imposto do Exercício	16,2	14,2	13,7%
Contribuição Extraordinária para o Sector Energético	6,4	6,2	2,3%
Resultado Líquido	39,4	26,3	49,8%
Itens não recorrentes	-9,0	7,0	n.m.
Resultado Líquido Recorrente	30,3	33,3	-8,8%

1.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

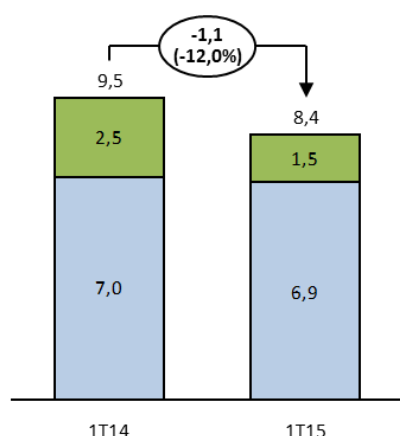
CAPEX E RAB MÉDIO

O investimento do Grupo ascendeu a 8,4M€ no primeiro trimestre de 2015, uma redução de 1,1M€ (-12,0%) quando comparado com o período homólogo do ano anterior. Este decréscimo foi motivado pela redução do investimento no sector do Gás Natural (-1,0M€), que compara com o investimento realizado no primeiro trimestre de 2014 na cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural REN-C6. No primeiro trimestre de 2015, destaca-se no sector eléctrico o investimento no projecto de criação do injectador em Fafe (3,4M€).

De igual modo, as transferências para exploração registaram um decréscimo de 5,6M€ (-90,0%), situando-se nos 0,6M€, dos quais -5,0M€ nos segmento da electricidade, destacando-se no primeiro trimestre de 2014 a transferência do sobrecusto da Subestação da Feira (4,5M€) e a conclusão da 4ª fase da remodelação do parque de 220kV da subestação de Vermoim (1,0M€), e -0,5M€ no Gás Natural.

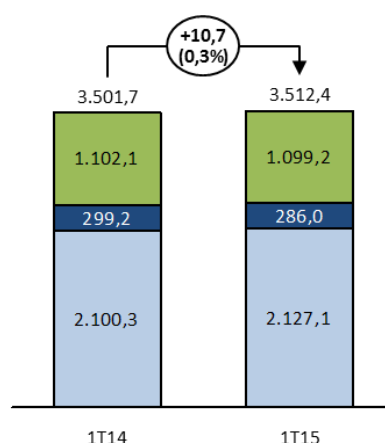
O RAB médio do primeiro trimestre ascendeu a 3.512,4M€, um crescimento de 10,7M€ (+0,3%) quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Na Electricidade, a base de activos regulados cresceu 13,6M€ (+1,3%), resultante do aumento de 65,9M€ nos activos com prémio e da diminuição de 52,3M€ nos restantes activos. Contrariamente, a base de activos regulados do sector do Gás Natural apresentou uma descida de -2,9M€ (-0,3%).

INVESTIMENTO (M€)



■ Gás
■ Electricidade

RAB MÉDIO (M€)



■ Gás
■ Terrenos
■ Electricidade

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS**

31 DE MARÇO DE 2015

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstrações consolidadas da posição financeira em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2015	Dez 2014
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	629	682
Goodwill		3.774	3.774
Ativos intangíveis	5	3.794.694	3.838.228
Participações financeiras em associadas e empreendimentos conjuntos	6	12.788	12.575
Ativos disponíveis para venda	9	147.868	144.443
Instrumentos financeiros derivados	11	27.601	21.970
Outros ativos financeiros	8	93.466	93.482
Clientes e outras contas a receber	10	110.282	86.182
Ativos por impostos diferidos	7	65.822	65.982
		4.256.925	4.267.320
Corrente			
Inventários		1.613	1.779
Clientes e outras contas a receber	10	285.523	459.785
Ativos disponíveis para venda	9	-	62.530
Imposto sobre o rendimento a receber	7	10.219	10.219
Outros ativos financeiros	8	8.864	8.864
Caixa e equivalentes de caixa	12	151.171	114.258
		457.390	657.435
Total do Ativo	4	4.714.315	4.924.755
Capital Próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reservas	13	299.188	315.621
Resultados acumulados		296.673	183.896
Resultado líquido consolidado do período atribuível a detentores de capital		39.390	112.777
Total capital próprio		1.158.524	1.135.567
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos obtidos	14	2.300.504	2.207.514
Obrigações de benefícios de reforma e outros	15	125.573	126.617
Instrumentos financeiros derivados	11	20.488	24.581
Provisões para outros riscos e encargos	16	4.947	4.947
Fornecedores e outras contas a pagar	17	336.226	328.228
Passivos por impostos diferidos	7	86.635	92.270
		2.874.375	2.784.157
Corrente			
Empréstimos obtidos	14	303.018	396.952
Provisões para outros riscos e encargos	16	2.242	2.369
Fornecedores e outras contas a pagar	17	358.790	605.710
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	17.366	-
		681.417	1.005.031
Total Passivo	4	3.555.791	3.789.188
Total do capital próprio e passivo		4.714.315	4.924.755

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos resultados para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	Notas	Mar 2015	Mar 2014
Vendas	4 e 18	62	21
Prestações de serviços	4 e 18	132.004	139.996
Rendimentos de construção em ativos concessionados	4 e 19	8.370	9.524
Ganhos e perdas imputadas de associadas e empreendimentos conjuntos	6	212	36
Outros rendimentos operacionais	20	25.315	5.296
Total dos rendimentos operacionais		165.964	154.874
Custo das vendas		(105)	(54)
Gastos de construção em ativos concessionados	19	(4.693)	(4.901)
Fornecimentos e serviços externos	21	(7.125)	(6.683)
Gastos com pessoal	22	(12.531)	(13.058)
Depreciações e amortizações do exercício	5	(51.926)	(50.417)
Imparidades (perdas/reversões)		-	(28)
Outros gastos operacionais	23	(3.321)	(3.162)
Total dos gastos operacionais		(79.701)	(78.302)
Resultado operacional		86.263	76.572
Gastos de financiamento	24	(27.969)	(32.529)
Rendimentos financeiros	24	3.621	2.685
Resultado financeiro		(24.348)	(29.844)
Resultado consolidado antes de impostos		61.915	46.728
Imposto sobre o rendimento	7	(16.166)	(14.217)
Contribuição extraordinária sobre o setor energético	25	(6.360)	(6.217)
Resultado líquido consolidado do período		39.390	26.293
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN		39.390	26.293
Interesses não controlados		-	-
Resultado líquido consolidado do período		39.390	26.293
Resultado por ação (Básico e Diluído) - Euros	26	0,07	0,05

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o período de três meses findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas do rendimento integral para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Mar 2015</u>	<u>Mar 2014</u>
Resultado líquido consolidado do período		39.390	26.293
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:			
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados:</i>			
Reserva de cobertura (cobertura de fluxos de caixa)	11	(4.572)	(967)
Efeito fiscal da reserva de cobertura	7 e 11	960	222
Reserva de justo valor (ativos financeiros disponíveis para venda)	9	4.173	21.569
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	(876)	(4.961)
<i>Ajustamentos de reclassificação:</i>			
Reserva de justo valor (alienação de ativos financeiros disponíveis para venda)	9	(20.083)	-
Efeito fiscal da reserva de justo valor	7 e 9	3.966	-
Total do rendimento consolidado integral do período		<u>22.957</u>	<u>42.157</u>
Atribuível a:			
Acionistas		22.957	42.157
Interesses não controlados		-	-
		<u>22.957</u>	<u>42.157</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o período de três meses findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

Movimentos do exercício	Notas	Atribuível aos acionistas							Resultado período	Total
		Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (Nota 9)	Reserva cobertura (Nota 11)	Outras reservas	Resultados acumulados		
A 1 de janeiro de 2014		534.000	(10.728)	91.492	20.886	(17.989)	177.245	163.356	121.303	1.079.566
Total do rendimento integral do período		-	-	-	16.608	(744)	-	-	26.293	42.157
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	121.303	(121.303)	-
A 31 de março de 2014		<u>534.000</u>	<u>(10.728)</u>	<u>91.492</u>	<u>37.494</u>	<u>(18.733)</u>	<u>177.245</u>	<u>284.659</u>	<u>26.293</u>	<u>1.121.722</u>
A 1 de janeiro de 2015		534.000	(10.728)	97.295	60.313	(19.468)	177.482	183.896	112.777	1.135.567
Total do rendimento integral do período		-	-	-	(12.821)	(3.612)	-	-	39.390	22.957
Aplicação de resultados		-	-	-	-	-	-	112.777	(112.777)	-
A 31 de março de 2015		<u>534.000</u>	<u>(10.728)</u>	<u>97.295</u>	<u>47.492</u>	<u>(23.080)</u>	<u>177.482</u>	<u>296.674</u>	<u>39.390</u>	<u>1.158.524</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o período de três meses findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

(Montantes expressos em milhares de Euros -mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Mar 2015</u>	<u>Mar 2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		632.332 (a)	1.060.148 (a)
Pagamentos a fornecedores		(495.572) (a)	(860.736) (a)
Pagamentos ao pessoal		(14.151)	(14.060)
Recebimento/(pagamento) do imposto sobre o rendimento		(299)	(1.223)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		(41.101)	(21.246)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)		81.208	162.884
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos financeiros		-	5.000
Subsídios ao investimento		-	177
Ativos disponíveis para venda	9	63.278	-
Juros e rendimentos similares		8	4.287
Dividendos		1.127	980
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos financeiros		-	(57.172)
Ativos disponíveis para venda		-	(100)
Ativos fixos tangíveis		(2)	(1)
Outros ativos intangíveis - ativos de concessão		(69.061)	(40.638)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)		(4.651)	(87.467)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		842.000	1.723.000
Juros e rendimentos similares		21	65
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(846.955)	(1.876.222)
Juros e gastos similares		(33.559)	(34.611)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)		(38.492)	(187.768)
Aumento líquido / (diminuição) de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		38.065	(112.351)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	12	112.599	167.126
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	12	150.665	54.775
Detalhe da caixa e equivalentes de caixa			
Numerário	12	22	21
Descobertos bancários	12	(506)	(64)
Depósitos bancários	12	151.149	54.817
		150.665	54.775

(a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como agente, e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o período de três meses findo em 31 de março de 2015.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

1 INFORMAÇÃO GERAL

A REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 - Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de “*unbundling*” do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na “*holding*” do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN - Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A..

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e uma área de negócio secundária, na área de Telecomunicações.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

a) REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do SEP;

b) REN Trading, S.A. constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio

Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais;

c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no sector do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede, ligações e compressão);

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL - Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras óticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

A REN SGPS detém a 100% a empresa REN Serviços, S.A., cujo objeto social é a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

Em 10 de maio de 2013 foi constituída a REN Finance, B.V., empresa totalmente detida pela REN SGPS, com sede na Holanda, cujo objeto social é participar, financiar, colaborar e conduzir a gestão de empresas relacionadas.

Adicionalmente, em 24 de maio de 2013, em conjunto com a China Electric Power Research Institute, sociedade do Grupo State Grid foi constituído o Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”) em regime de *Joint Venture* no qual o Grupo detém 1.500.000 ações representativas de 50% do respetivo capital.

O objeto social desta sociedade visa a implementação de um Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Portugal, dedicado à pesquisa, desenvolvimento, inovação e demonstração nas áreas de transporte de eletricidade e gestão de sistemas, a prestação de serviços de consultoria e serviços de educação e formação no âmbito destas atividades, bem como a realização de todas as atividades conexas e a prestação de serviços complementares, conexas ou acessórios ao seu objeto social.

Em 31 de março de 2015 a REN possui ainda:

a) Uma participação de 40% do capital da empresa OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (“OMIP SGPS”) que tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade detém as participações no capital do OMIP - Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGMR, S.A. (“OMIP”) que assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo;

b) Uma participação de 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único;

c) Uma participação de 1% na Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”), entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha;

d) Uma participação de 5,45% na empresa MedGrid SAS e uma participação de 7,5% na empresa Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”).

1.1. Perímetro de consolidação

As Empresas incluídas no perímetro consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e principais atividades em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

Designação / sede	Principal Actividade	Mar 2015		Dez 2014	
		Percentagem de capital detido		Percentagem de capital detido	
		Grupo	Individual	Grupo	Individual
Empresa mãe:					
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	Sociedade gestora de participações sociais	-	-	-	-
Subsidiárias:					
Segmento da Electricidade:					
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão	100%	100%	100%	100%
REN Trading, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Compra, venda, importação e exportação de electricidade e de gás natural	100%	100%	100%	100%
Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia eléctrica a partir das ondas do mar.	100%	100%	100%	100%
Segmento de Telecomunicações:					
RENTELECOM - Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Operador da rede de telecomunicações	100%	100%	100%	100%
Outros segmentos:					
REN - Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 - Lisboa	Back Office e gestão de participações sociais	100%	100%	100%	100%
REN Finance, B.V. De Cuserstraat, 83, 1081 CN Amsterdam, The Netherlands	Participar, financiar, colaborar, conduzir a gestão de empresas relacionadas com o Grupo REN.	100%	100%	100%	100%
Segmento do Gás Natural:					
REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL - Sines	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito	100%	100%	100%	100%
Detida pela REN Serviços, S.A.:					
REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º - Lisboa	Gestão de projectos e empreendimentos no sector do gás natural	100%	-	100%	-
Detidas pela REN Gás, S.A.:					
REN - Armazenagem, S.A. Mata do Urso - Guarda Norte - Carriço- Pombal	Desenvolvimento, manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural	100%	-	100%	-
REN - Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 - Vila de Rei - Bucelas	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural	100%	-	100%	-

Não existiram alterações ao perímetro de consolidação em 2015 face ao reportado em 31 de dezembro de 2014.

1.2. Aprovação das demonstrações financeiras consolidadas trimestrais

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 7 de maio de 2015. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34).

2 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2015, foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34). As demonstrações financeiras apresentadas de forma condensada, devem ser lidas conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais emitidas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Estas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em milhares de Euros - mEuros, arredondadas ao milhar mais próximo.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas para efeitos de relato financeiro intercalar (IAS 34) no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2015.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” - International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações - SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e

Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

As políticas contabilísticas adotadas nestas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes, em todos os aspetos materialmente relevantes, com as políticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme descrito no anexo às demonstrações financeiras consolidadas de 2014. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

Adopção de normas e interpretações novas emendadas ou revistas

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia e são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015:

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2010 - 2012) (alteração) - Ciclicamente são introduzidos melhoramentos que visam clarificar e simplificar a aplicação do normativo internacional. As alterações introduzidas no ciclo 2010-2012 incidiram na revisão, nomeadamente, da IAS 16 (esclarece o tratamento contabilístico a aplicar quando a entidade adote o método de revalorização na mensuração subsequente de Activos fixos tangíveis), IFRS 3 (clarifica alguns aspectos no registo de uma retribuição contingente incluída numa concentração de actividade empresarial) e IFRS 8 (introduz novos requisitos de divulgação: (i) julgamento da gestão para agregação de segmentos operacionais, e (ii) reconciliação entre os ativos por segmentos e os ativos da entidade).

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011 - 2013) (alteração) - No âmbito da revisão cíclica efectuada para o período 2011-2013 foram alteradas, nomeadamente, as seguintes normas: IAS 40 (clarifica a necessidade de aplicar separadamente a IFRS 3 e a IAS 40 para determinar se a aquisição de uma propriedade de investimento constitui uma aquisição de um activo ou grupo de activos ou uma concentração de actividades empresariais); IFRS 3 (exclui do âmbito de aplicação da IFRS 3 a contabilização inicial de um Acordo conjunto constituído no âmbito da IFRS 11 nas suas

próprias demonstrações financeiras); e IFRS 13 (clarifica que a exceção à mensuração pelo justo valor estabelecida no parágrafo 48 deve ser aplicada a todos os ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos abrangidos pela IAS 39, quer preencham ou não as definições de ativo financeiro e passivo financeiro que constam da IAS 32).

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

- IAS 19 "Benefícios dos Empregados" (alteração) - Esta alteração vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.

Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN.

Normas e interpretações, emendadas ou revistas não aprovadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Resumo
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	01-jan-18	Esta norma estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e para a aplicação das regras da contabilidade de cobertura.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 - Divulgação de interesses noutras entidades e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Alterações à IAS 1 - Apresentação de demonstrações financeiras	01-jan-16	Esta alteração faz parte de um projeto de reforma abrangente dos princípios e requisitos de apresentação e divulgação do relato financeiro (<i>disclosure initiative</i>), constituindo esta revisão o primeiro passo desse projeto. Consequentemente, esta alteração procede à alteração de um conjunto de divulgações previstas na IAS 1.
IFRS 14 - Contas diferidas regulatórias	01-jan-16	A IFRS 14 vem estabelecer os requisitos de relato por parte de entidades que adotam pela 1ª vez o normativo IFRS aplicáveis a itens regulatórios, permitindo a manutenção das políticas contabilísticas do normativo anterior quanto ao reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e imparidade. A IFRS prevê a apresentação dos itens regulatórios reconhecidos separadamente dos restantes ativos e passivos, bem como dos gastos e rendimentos.
IFRS 15- Rêdito de contratos com clientes	01-jan-17	Esta norma pretende substituir as atuais normas do rêdito (IAS 11 e IAS 18) e vem clarificar os princípios de reconhecimento do rêdito, tornando consistente a sua aplicação às diversas transações e atividades económicas.
Alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura	01-jan-16	Esta emenda vem alterar o modo de mensuração dos ativos biológicos, especificamente os usados na produção de produtos agrícolas. Neste sentido, é permitida a opção de mensurar estes ativos biológicos no âmbito da IAS 16 através do método do custo, em detrimento do justo valor. Contudo, os produtos agrícolas derivados destes ativos biológicos devem continuar a ser mensurados no âmbito da IAS 41 pelo justo valor menos os custos estimados de venda.
Alterações à IAS 16 - Activos fixos tangíveis e IAS 38 - Activos intangíveis	01-jan-16	As emendas vêm clarificar quais os métodos de depreciação e amortização de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis que são permitidos.
Alterações à IFRS 11 - Acordos conjuntos	01-jan-16	Esta alteração exige ao adquirente de uma participação numa operação conjunta, em que a actividade é um negócio (como definido na IFRS 3 - concentração de atividades empresariais) (i) aplicar todos os princípios contabilísticos de concentrações de atividades empresariais previstos na IFRS 3 e outras IFRS, com exceção dos princípios que entram em conflito com a orientação da IFRS 11 e (ii) divulgar as informações requeridas pela IFRS 3 e outras IFRSs para concentrações de atividades empresariais.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2012-2014)	01-jan-16	Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, nomeadamente a IFRS 5 Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios aos Empregados, e IAS 34 Relato Financeiro Intercalar.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas e IAS 28 - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	01-jan-16	Esta alteração deriva de um conflito entre a IAS 28 e a IFRS 10 no reconhecimento do ganho proveniente da alienação de uma empresa subsidiária (com perda de controlo) a uma adquirente que é, simultaneamente, uma empresa associada ou Joint Venture do investidor. Esta alteração estabelece que o ganho deverá, por um lado, ser reconhecido por inteiro no caso da alienação se enquadrar como uma concentração de atividades empresariais), no âmbito da IFRS 3, e por outro lado, reconhecer somente a sua quota parte do ganho quando se trate de uma aquisição de ativos ou conjunto de ativos.
Alterações à IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas	01-jan-16	Esta alteração visa restabelecer o método da equivalência patrimonial como uma opção de contabilização de investimentos em subsidiárias, <i>joint ventures</i> e associadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no período findo em 31 de março de 2015.

4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócios, a Eletricidade e o Gás, e um segmento secundário. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público, a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007 e a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão, a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços aos mesmos utilizadores e os serviços são complementares, considerou-se que as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos e benefícios.

O segmento de telecomunicações é também apresentado separadamente embora não se qualifique para divulgação.

A gestão dos financiamentos externos encontra-se centralizada na REN SGPS, S.A., tendo a Empresa optado pela apresentação das rubricas do ativo e do passivo separadas das eliminações efetuadas no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tal como utilizado pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2015 são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	88.397	42.156	1.272	9.880	(9.638)	132.066
Inter-segmentos	150	111	15	9.362	(9.638)	-
Externas	88.247	42.044	1.257	518	-	132.066
Rendimentos de construção em activos concessionados	6.872	1.498	-	-	-	8.370
Gastos de construção em activos concessionados	(3.773)	(920)	-	-	-	(4.693)
Interesses em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	212	-	212
Fornecimentos e serviços externos	(8.739)	(5.729)	(420)	(5.040)	12.803	(7.125)
Gastos com pessoal	(5.451)	(1.866)	(65)	(5.149)	-	(12.531)
Outros gastos e rendimentos operacionais	4.007	394	(2)	20.654	(3.164)	21.889
Cash flow operacional	81.314	35.533	785	20.558	-	138.190
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(37.661)	(14.208)	(3)	(55)	-	(51.926)
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	33	3.478	22	44.619	(44.530)	3.621
Gastos de financiamento	(18.378)	(8.606)	-	(45.515)	44.530	(27.969)
Resultado antes de impostos	25.309	16.196	804	19.607	-	61.915
Imposto sobre o rendimento	(7.318)	(4.572)	(207)	(4.069)	-	(16.166)
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	(4.550)	(1.810)	-	-	-	(6.360)
Resultado líquido do exercício	13.442	9.813	597	15.538	-	39.390

Os resultados por segmento para o período de três meses findo em 31 de março de 2014 são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Vendas e prestações de serviços	97.645	41.335	1.272	9.359	(9.594)	140.017
Inter-segmentos	241	-	37	9.317	(9.594)	-
Externas	97.404	41.335	1.236	42	-	140.017
Rendimentos de construção em activos concessionados	7.008	2.516	-	-	-	9.524
Gastos de construção em activos concessionados	(3.244)	(1.657)	-	-	-	(4.901)
Interesses em associadas e empreendimentos conj	-	-	-	36	-	36
Fornecimentos e serviços externos	(8.663)	(5.740)	(495)	(4.150)	12.365	(6.683)
Gastos com pessoal	(5.944)	(1.927)	(54)	(5.133)	-	(13.058)
Outros gastos e rendimentos operacionais	4.192	456	(3)	151	(2.770)	2.025
Cash flow operacional	90.994	34.983	720	263	-	126.961
Gastos não reembolsáveis						
Depreciações e amortizações	(36.479)	(13.865)	(3)	(69)	-	(50.417)
Imparidades	22	5	-	-	-	28
Resultados de financiamento						
Rendimentos de financiamento	466	3.927	41	43.240	(44.988)	2.685
Gastos de financiamento	(19.376)	(9.227)	(1)	(48.914)	44.988	(32.529)
Resultado antes de impostos	35.627	15.824	757	(5.480)	-	46.728
Imposto sobre o rendimento	(11.001)	(4.380)	(187)	1.350	-	(14.217)
Contribuição extraordinária sobre o sector energético	(4.485)	(1.733)	-	-	-	(6.217)
Resultado líquido do exercício	20.141	9.711	571	(4.130)	-	26.293

As transações inter-segmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

O rédito incluído no segmento “Outros” refere-se, essencialmente, à prestação de serviços de administração, consultoria e de *back office* a entidades do Grupo e a terceiras entidades.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o período de três meses findo em 31 de março de 2015, são como se segue:

	Eletricidade	Gas	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	541.656	-	1.530.136	(2.071.792)	-
Ativos intangíveis e tangíveis	2.619.913	1.174.810	10	591	-	3.795.324
Outros ativos	386.281	439.010	7.477	4.233.987	(4.147.764)	918.991
Total do ativo	3.006.193	2.155.476	7.487	5.764.715	(6.219.557)	4.714.315
Total do passivo	2.390.087	935.011	3.176	4.375.281	(4.147.764)	3.555.791
Total do investimento	6.896	1.482	-	-	-	8.378
Investimento em ativos fixos tangíveis (Nota 5)	8	-	-	-	-	8
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão (Nota 5)	6.888	1.482	-	-	-	8.370
Investimentos em associadas	-	-	-	10.884	-	10.884
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.903	-	1.903

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são como se segue:

	Eletricidade	Gás	Telecomunicações	Outros	Eliminações	Grupo
Ativos do segmento						
Participações financeiras	-	533.578	-	1.474.138	(2.007.716)	-
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	2.650.718	1.187.541	13	638	-	3.838.910
Outros ativos	511.054	441.173	6.357	4.001.118	(3.873.857)	1.085.844
Total do ativo	3.161.773	2.162.292	6.370	5.475.894	(5.881.573)	4.924.755
Total do passivo	2.559.108	959.718	2.655	4.141.563	(3.873.857)	3.789.188
Total do investimento no exercício	137.411	25.776	-	64	-	163.251
Investimento em ativos fixos tangíveis	1	-	-	64	-	65
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão	137.410	25.776	-	-	-	163.186
Investimentos em associadas	-	-	-	10.828	-	10.828
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.747	-	1.747

Os passivos incluídos no segmento “Outros” correspondem, essencialmente, a financiamento externos obtidos diretamente pela REN SGPS, S.A. e REN Finance, B.V. para financiamento das diversas atividades do Grupo REN.

As rubricas da demonstração da posição financeira e da demonstração dos resultados para cada segmento de negócio resultam dos montantes registados diretamente nas demonstrações financeiras individuais das empresas que constituem o Grupo incluídas no perímetro de cada segmento, corrigidas da anulação das transações intra-segmentos.

5 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2015, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram como se segue:

	1 de janeiro de 2015			Movimentos					31 de março de 2015		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(100)	2	-	-	-	(1)	-	103	(101)	1
Equipamento de transporte	1.330	(746)	585	-	(112)	-	(49)	112	1.218	(682)	536
Equipamento administrativo	257	(162)	95	8	-	-	(11)	-	265	(172)	92
	1.690	(1.008)	682	8	(112)	-	(61)	112	1.585	(956)	629
	1 de janeiro de 2015			Movimentos					31 de março de 2015		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates e outras reclassificações	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.982.322	(3.197.824)	3.784.498	148	(533)	651	(51.866)	495	6.982.587	(3.249.195)	3.733.392
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	53.730	-	53.730	8.223	-	(651)	-	-	61.303	-	61.303
	7.036.052	(3.197.824)	3.838.228	8.370	(533)	-	(51.866)	495	7.043.890	(3.249.195)	3.794.694
Total do ativo fixo tangível e intangível	7.037.742	(3.198.832)	3.838.910	8.378	(646)	-	(51.926)	607	7.045.475	(3.250.151)	3.795.324

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis são como se segue:

	1 de janeiro de 2014			Movimentos					31 de dezembro de 2014		
	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates	Transferências	Depreciação - exercício	Depreciação - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Ativos fixos tangíveis:											
Equipamento básico	103	(96)	6	-	-	-	(4)	-	103	(100)	2
Equipamento de transporte	1.386	(579)	806	57	(112)	-	(233)	67	1.330	(746)	585
Equipamento administrativo	231	(131)	100	7	(3)	22	(34)	3	257	(162)	95
Ativos fixos tangíveis em curso	21	-	21	1	-	(22)	-	-	-	-	-
	1.740	(806)	934	65	(115)	-	(272)	70	1.690	(1.008)	682
	1 de janeiro de 2014			Movimentos					31 de dezembro de 2014		
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido	Adições	Alienações e abates	Transferências	Amortização - exercício	Amortização - alienações, transferências, abates e outras reclassificações	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Ativo líquido
Ativos intangíveis											
Ativos de concessão	6.789.675	(2.997.317)	3.792.358	3.883	(1.870)	190.634	(202.357)	1.849	6.982.322	(3.197.824)	3.784.498
Ativos intangíveis em curso - ativos de concessão	85.062	-	85.062	159.303	-	(190.634)	-	-	53.730	-	53.730
	6.874.737	(2.997.317)	3.877.420	163.186	(1.870)	-	(202.357)	1.849	7.036.052	(3.197.824)	3.838.228
Total do ativo fixo tangível e intangível	6.876.477	(2.998.123)	3.878.354	163.251	(1.985)	-	(202.628)	1.919	7.037.742	(3.198.832)	3.838.910

As adições registadas no período de três meses findo em 31 de março de 2015 referem-se essencialmente aos direitos subjacentes aos investimentos na construção/renovação e expansão das redes de transporte de eletricidade e gás natural.

As principais adições verificadas em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 detalham-se como se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	660	11.046
Construção de linha de 400 KV	860	37.003
Construção de outras linhas	183	12.930
Construção de novas subestações	676	20.779
Ampliação de Subestações	3.325	40.806
Outras remodelações em subestações	289	5.185
Melhorias no sistema de informação e telecomunicações	802	5.290
Construção zona piloto - energia das ondas	50	299
Remodelação de edifícios afectos à concessão	43	1.106
Outros ativos	-	2.966
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	810	6.987
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	498	16.842
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	174	1.947
Segmentos outros		
Outros ativos	8	65
Total das adições	8.378	163.251

As principais transferências nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 detalham-se como se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
Segmento eletricidade		
Construção de linhas de 220KV	-	11.033
Construção de linha de 400 KV	-	36.841
Construção de outras linhas	-	12.255
Subestações Novas	-	19.421
Ampliação de Subestações	27	50.662
Outras remodelações em subestações	384	4.251
Melhorias no sistema de informação e telecomunicações	218	7.775
Outros ativos concessionados	-	1.135
Outros ativos	1	22
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	21	7.260
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	-	38.166
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	-	1.835
Total das transferências	651	190.656

Os ativos intangíveis em curso em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são conforme se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
Segmento eletricidade		
Projetos de linhas 150KV/220KV e 400KV	18.836	17.132
Ampliação e remodelação de subestações	12.036	13.078
Projetos de novas estações	16.003	11.359
Outros projetos	2.611	1.889
Remodelação de edifícios afectos à concessão	2.395	2.353
Segmento gás		
Projetos de expansão e melhoramento da rede de transporte de gás natural	6.849	6.018
Projeto de construção de cavidade de armazenamento subterrâneo de gás natural em Pombal	2.096	1.598
Projetos construção e <i>upgrade</i> de operacionalidade - Instalações de GNL	477	303
Total do activo em curso	61.303	53.730

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no período findo em 31 de março de 2015, ascenderam a 522 milhares de Euros (964 milhares de Euros em 31 de março de 2014), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 3.156 milhares de Euros (3.660 milhares de Euros em 31 de março de 2014) (Nota 19).

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira, é como se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
Valor bruto	4.597	4.656
Amortizações e depreciações acumuladas	<u>(1.358)</u>	<u>(1.149)</u>
Valor líquido	<u>3.239</u>	<u>3.507</u>

6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a informação financeira relativa às participações financeiras detidas detalha-se da seguinte forma:

Empresa	Atividade	Sede social	Informação financeira							Fração de capital detida			
			Ativos corrente	Ativos não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente	Rendimentos	Resultado líquido	Outro rendimento integral	Rendimento integral total	%	Valor escriturado	Proporção no resultado
Método da equivalência patrimonial:													
Associada:													
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	787	29.482	331	2.019	260	135	-	135	40	10.884	56
Empreendimento conjunto													
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	8.335	33	4.548	12	753	313	-	313	50	1.903	156
											12.788	212	
Método da equivalência patrimonial:													
Associada:													
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.	Gestão de participações	Lisboa	436	29.349	259	1.667	1.086	546	-	546	40	10.829	218
Empreendimento conjunto													
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	Investigação e Desenvolvimento	Lisboa	8.873	36	5.401	13	2.229	405	-	405	50	1.747	202
											12.575	421	

Associadas

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empresas associadas” no período findo em 31 de março de 2015 foi o seguinte:

Participações financeiras em associadas	
A 1 de janeiro de 2014	10.610
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	218
A 31 de dezembro de 2014	10.829
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	56
A 31 de março de 2015	10.884

Empreendimentos conjuntos

O movimento ocorrido na rubrica de “Participações financeiras em empreendimentos conjuntos” no período findo em 31 de março de 2015 foi o seguinte:

Participações financeiras em empreendimentos conjuntos	
A 1 de janeiro de 2014	1.545
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	202
A 31 de dezembro de 2014	1.747
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial	156
A 31 de março de 2015	1.903

Na sequência de um acordo conjunto de parceria tecnológica entre a REN - Redes Energéticas Nacionais e a State Grid International Development (SGID), foi criado em maio de 2013 um centro de I&D, em Portugal, dedicado aos sistemas de energia denominado - Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A. (“Centro de Investigação”), controlado conjuntamente pelas duas entidades.

O referido Centro de Investigação pretende tornar-se uma plataforma de conhecimento internacional, catalisadora de soluções e ferramentas inovadoras, aplicadas à operação e planeamento das redes de transporte de energia.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a informação financeira relativa ao empreendimento conjunto detido detalha-se da seguinte forma:

	Informação financeira						
	31 de março de 2015						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	8.192	6	12	(3)	7	(1)	(91)

	Informação financeira						
	31 de dezembro de 2014						
	Caixa e equivalentes de caixa	Passivos financeiros correntes	Passivos financeiros não correntes	Depreciações e amortizações	Rendimentos de juros	Gastos de juros	(Gasto)/rendimento do imposto sobre o rendimento
Empreendimento conjunto							
Centro de Investigação em Energia REN - STATE GRID, S.A.	3.695	6	13	(9)	47	(3)	(128)

7 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A REN é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detém, direta ou indiretamente, pelo menos 75% do seu capital, os quais devem conferir mais de 50% dos direitos de voto, e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2015.

No exercício de 2015 e em conformidade com a Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, o Grupo é tributado em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 21%, que será acrescida de uma derrama municipal de um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e uma derrama estadual de (i) 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1.500 milhares de Euros e 7.500 milhares de Euros, de (ii) 5,0% aplicável sobre lucro tributável entre 7.500 milhares de Euros e 35.000 milhares de Euros e de (iii) 7,0% para lucros tributáveis que excedam 35.000 milhares de Euros.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de março de 2015, foi atualizada para cada empresa pertencente ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável de cada empresa recuperável nos próximos exercícios.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 são detalhados como se segue:

	Mar 2015	Mar 2014
Imposto corrente	17.530	12.026
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	59	(126)
Imposto diferido	(1.424)	2.318
Imposto sobre o rendimento	16.166	14.217

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é conforme se segue:

	Mar 2015	Mar 2014
Resultado antes de impostos	61.915	46.728
Diferenças permanentes:		
Variações patrimoniais negativas	-	(2)
Gastos não dedutíveis	45	549
Rendimentos não tributáveis	(3.406)	(299)
Diferenças temporárias:		
Desvios Tarifários	1.315	(10.185)
Provisões e imparidades	-	(140)
Reavaliações (incluídas no custo considerado dos ativos intangíveis)	1.296	905
Obrigações de benefícios de reforma e outros	(1.044)	(548)
Outros	626	-
Lucro tributável	60.747	37.007
Impostos sobre o rendimento	12.795	8.543
Derrama estadual sobre o lucro tributável	3.761	2.472
Derrama municipal	846	841
Tributações autónomas	128	170
Imposto corrente	17.530	12.026
Imposto diferido	(1.424)	2.318
Imposto diferido	(1.424)	2.318
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	59	(126)
Gasto com impostos sobre o rendimento	16.166	14.217
Taxa efetiva de imposto	26,11%	30,43%

Imposto sobre o rendimento

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	Mar 2015	Dez 2014
<u>Imposto sobre o rendimento do exercício:</u>		
Imposto estimado	-	(46.859)
Pagamentos por conta	-	53.301
Retenções na fonte por terceiros	-	3.837
Imposto referente a exercícios anteriores	-	(60)
Imposto a recuperar do exercício anterior	10.219	-
Imposto a receber	10.219	10.219
Imposto estimado	17.530	-
Pagamentos por conta	(55)	-
Retenções na fonte por terceiros	(110)	-
Imposto a pagar	17.366	-

Impostos diferidos

O detalhe dos impostos diferidos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas é como se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
<u>Impacto na demonstração dos resultados:</u>		
Ativos por impostos diferidos	(1.121)	38
Passivos por impostos diferidos	2.545	(7.990)
	1.424	(7.952)
<u>Impactos no capital próprio:</u>		
Ativos por impostos diferidos	960	(1.856)
Passivos por impostos diferidos	3.090	(10.323)
	4.050	(12.179)
Impacto líquido dos impostos diferidos	5.474	(20.131)

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são como se segue:

Evolução dos ativos por impostos diferidos - março 2015

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2015	1.818	36.715	22.275	5.175	-	65.982
Aumento/reversão por capital	-	-	-	960	-	960
Reversão por resultados	-	(303)	(999)	-	-	(1.302)
Aumento por resultados	-	-	-	-	182	182
Movimento do período	-	(303)	(999)	960	182	(160)
A 31 de março de 2015	1.818	36.412	21.276	6.135	182	65.822

Evolução dos ativos por impostos diferidos - dezembro 2014

	Provisões e imparidades	Pensões	Desvios tarifários	Instrumentos financeiros derivados	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2014	1.749	39.128	21.548	5.373	2	67.800
Aumento/reversão por capital	-	(1.658)	-	(198)	-	(1.856)
Reversão por resultados	(48)	(755)	-	-	(2)	(806)
Aumento por resultados	117	-	727	-	-	844
Movimento do período	69	(2.413)	727	(198)	(2)	(1.818)
A 31 de dezembro de 2014	1.818	36.715	22.275	5.175	-	65.982

Em 31 de março de 2015 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

Evolução dos passivos por impostos diferidos - março 2015

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Justo valor de Ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2015	54.246	26.659	11.365	92.270
Aumento/reversão por capital	-	-	(3.090)	(3.090)
Reversão por resultados	(2.174)	(371)	-	(2.545)
Movimentos do período	(2.174)	(371)	(3.090)	(5.634)
A 31 de março de 2015	52.072	26.288	8.275	86.635

Evolução dos passivos por impostos diferidos - dezembro 2014

	Desvios tarifários	Reavaliações ao abrigo de diplomas legais (incluídas no custo considerado)	Justo valor de ativos disponíveis para venda	Total
A 1 de janeiro de 2014	44.666	28.486	805	73.956
Aumento/reversão por capital	-	(237)	10.560	10.323
Aumento por resultados	9.581	-	-	9.581
Reversão por resultados	-	(1.591)	-	(1.591)
Movimentos do período	9.581	(1.828)	10.560	18.313
A 31 de dezembro de 2014	54.246	26.659	11.365	92.270

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações das reavaliações efetuadas (incluídas no custo considerado dos ativos aquando da transição para as IFRS).

Os diplomas legais na base das reavaliações foram os seguintes:

Diplomas legais (Reavaliações)	
Segmento eletricidade	Segmento gás natural
Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 140/2006
Decreto-Lei nº 399-G/81	
Decreto-Lei nº 219/82	
Decreto-Lei nº 171/85	
Decreto-Lei nº 118-B/86	
Decreto-Lei nº 111/88	
Decreto-Lei nº 7/91	
Decreto-Lei nº 49/91	
Decreto-Lei nº 264/92	

8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39, foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

Março de 2015

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	151.171	151.171	151.171
Clientes e outras contas a receber	10	395.805	-	-	-	-	-	395.805	395.805
Outros ativos financeiros		-	-	-	-	2.893	99.437	102.330	102.330
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	147.868	-	-	147.868	147.868
Imposto sobre o rendimento a receber	7	10.219	-	-	-	-	-	10.219	10.219
Instrumentos financeiros derivados	11	-	27.601	-	-	-	-	27.601	27.601
Total ativos financeiros		406.024	27.601	-	147.868	2.893	250.608	834.995	834.995
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.603.523	2.603.523	2.665.295
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	382.295	382.295	382.295
Imposto sobre o rendimento a pagar	7	-	-	-	-	-	17.366	17.366	17.366
Instrumentos financeiros derivados	11	-	19.892	596	-	-	-	20.488	20.488
Total passivos financeiros		-	19.892	596	-	-	3.003.183	3.023.671	3.085.443

Dezembro de 2014

	Notas	Clientes e outras contas a receber	Justo valor - Instrumentos financeiros derivados de cobertura	Justo valor - derivados de negociação	Ativos financeiros disponíveis para venda	Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados	Outros ativos/passivos financeiros	Quantia escriturada	Justo valor
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	12	-	-	-	-	-	114.258	114.258	114.258
Clientes e outras contas a receber	10	545.967	-	-	-	-	-	545.967	545.967
Outros investimentos financeiros		-	-	-	-	2.910	99.436	102.346	102.346
Ativos financeiros disponíveis para venda	9	-	-	-	206.973	-	-	206.973	206.973
Imposto sobre o rendimento a receber	7	10.219	-	-	-	-	-	10.219	10.219
Instrumentos financeiros derivados	11	-	21.970	-	-	-	-	21.970	21.970
Total ativos financeiros		556.186	21.970	-	206.973	2.910	213.694	1.001.734	1.001.734
Passivos									
Empréstimos obtidos	14	-	-	-	-	-	2.604.466	2.604.466	2.730.714
Fornecedores e outras contas a pagar	17	-	-	-	-	-	618.679	618.679	618.679
Instrumentos financeiros derivados	11	-	24.581	-	-	-	-	24.581	24.581
Total passivos financeiros		-	24.581	-	-	-	3.223.145	3.247.726	3.373.974

A rubrica de “Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados”, no montante de 2.893 milhares de Euros, corresponde ao investimento financeiro do Grupo no fundo fechado “Luso Carbon Fund”, com um prazo de maturidade de dez anos.

A rubrica “Outros ativos financeiros” inclui um depósito de garantia a favor do BEI de 99.435 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 99.435 milhares de Euros).

Os Empréstimos obtidos, tal como referido na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, são mensurados, no reconhecimento inicial ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado, exceto relativamente aos quais tenha sido contratado algum derivado de cobertura de justo valor (Nota 11), caso em que se encontram mensurados ao justo valor. Não obstante, a REN procede à divulgação do justo valor da rubrica de Empréstimos obtidos na sua totalidade, tendo por base um conjunto de dados observáveis relevantes, os quais se enquadram no nível 2 da hierarquia do justo valor.

O justo valor dos Empréstimos obtidos e derivados são calculados pelo método dos *cash flows* descontados, utilizando a curva de taxa de juro da data da demonstração da posição financeira, de acordo com as características de cada empréstimo.

O intervalo de taxas de mercado utilizado para cálculo do justo valor varia entre -0,050% e 0,761% (maturidades de um dia e quinze anos, respetivamente).

O justo valor dos empréstimos contraídos pelo Grupo é, em 31 de março de 2015, de 2.665.295 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 2.730.714 milhares de Euros), dos quais 723.727 milhares de Euros se encontram parte registados a custo amortizado e inclui um elemento de justo valor resultante de movimentos nas taxas de juro (em 31 de dezembro de 2014 era de 421.906 milhares de Euros).

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de março de 2015, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação; e
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Participações	102.529	41.572	-	144.101
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de <i>fair value</i>	-	27.601	-	27.601
Outros investimentos financeiros	Fundo de Tesouraria	2.893	-	-	2.893
		105.423	69.173	-	174.596
Passivos:					
Passivos financeiros ao justo valor	Empréstimos obtidos	-	723.727	-	723.727
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura de <i>cash flows</i>	-	19.892	-	19.892
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	-	596	-	596
		-	744.215	-	744.215

Relativamente aos saldos de contas a receber e contas a pagar correntes o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor.

As contas a pagar e receber não correntes referem-se, essencialmente, aos desvios tarifários cujos valores são publicados pela ERSE e o seu valor líquido contabilístico constitui uma razoável aproximação ao justo valor, na medida em que os mesmos incorporam um efeito financeiro associado ao valor temporal do dinheiro, sendo incorporados nas tarifas nos dois anos subsequentes.

Gestão de riscos financeiros

Desde o último período anual de reporte até à data de 31 de março de 2015, não se verificaram alterações significativas na gestão dos riscos financeiros da Empresa comparativamente aos riscos já divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014. A descrição dos riscos pode ser consultada na Nota 4 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

9 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital próprio detidos em entidades consideradas estratégicas pelo Grupo. Esta rubrica refere-se às seguintes participações:

	Sede social			Valor contabilístico	
	Localidade	País	% detida	Mar 2015	Dez 2014
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	Madrid	Espanha	10,00%	3.167	3.167
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	Madrid	Espanha	1,00%	102.529	99.104
Enagás, S.A.	Madrid	Espanha	1,00%	-	62.530
Med Grid SAS	Paris	França	5,45%	600	600
Hidroeléctrica de Cahora Bassa ("HCB")	Maputo	Moçambique	7,50%	41.572	41.572
				147.868	206.973

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	Med Grid	HCB	REE	ENAGAS	Total
1 de janeiro de 2014	3.167	500	42.205	65.654	45.360	156.886
Aquisições	-	100	-	-	-	100
Ajustamento de justo valor	-	-	(633)	33.450	17.170	49.987
31 de dezembro de 2014	3.167	600	41.572	99.104	62.530	206.973
1 de janeiro de 2015	3.167	600	41.572	99.104	62.530	206.973
Ajustamento de justo valor	-	-	-	3.425	748	4.173
Alienações	-	-	-	-	(63.278)	(63.278)
31 de março de 2015	3.167	600	41.572	102.529	-	147.868

A Red Eléctrica Corporación, S.A. (“REE”) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. O Grupo adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo celebrado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data da demonstração da posição financeira de acordo com a cotação em 31 de março de 2015.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2015 a REN alienou a totalidade das ações detidas na Enagás, representativas de 1% do respetivo capital ao seu valor de mercado, pelo montante total de 63.278 milhares de Euros, tendo gerado uma mais valia de 20.083 milhares de Euros (Nota 20).

A Enagás assume a responsabilidade pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha, em termos bolsistas encontra-se listada na bolsa de Madrid integrando, inclusivamente, o índice “IBEX 35”. A participação financeira foi valorizada ao justo valor pelo Grupo até à sua alienação tendo por base a sua cotação.

A REN é detentora de 5,45% do capital social da Medgrid, SAS. Este projeto é um consórcio internacional, que promove e facilita o desenvolvimento das redes de interligação do Mediterrâneo, permitindo o transporte para a Europa de eletricidade renovável produzida em África.

A REN é detentora de 2.060.661.943 ações representativas de 7,5 % na Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A. (“HCB”) do capital social e direito de voto da HCB, sociedade de direito moçambicano, transmitidas na sequência do preenchimento das condições do contrato celebrado em 9 de abril de 2012, entre a REN a Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. a CEZA - Companhia Eléctrica do Zambeze, S.A. e a EDM - Electricidade de Moçambique, EP. Esta participação foi inicialmente registada pelo seu custo de aquisição (38.400 milhares de Euros) e posteriormente ajustada para o seu justo valor, o qual reflete o preço pelo qual o ativo seria vendido numa operação ordenada.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI) em 2011, e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a Empresa adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., pelo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.167 milhares de Euros.

Na medida em que não existe um preço de mercado disponível para os investimentos referidos (MedGrid e OMEL) e não sendo possível determinar o justo valor no período recorrendo a transações comparáveis. Estas participações encontram-se refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade, tal como descrito na Nota 3.6 das demonstrações financeiras consolidadas anuais, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não existindo na data de relato quaisquer indícios de imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda são registados em capital próprio na rubrica reserva de justo valor que em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresenta os seguintes montantes:

	Reserva de justo valor (Nota 13)
1 de janeiro de 2014	20.886
Variação de justo valor	49.987
Efeito fiscal	(10.560)
31 de dezembro de 2014	60.313
1 de janeiro de 2015	60.313
Variação de justo valor	4.173
Alienação da Enagás	(20.083)
Efeito fiscal	3.090
31 de março de 2015	47.492

10 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica de “Clientes e outras contas a receber” é o seguinte:

	Mar 2015			Dez 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes e outras contas a receber	183.548	155	183.703	326.935	155	327.090
Imparidade de clientes e contas a receber	(844)	-	(844)	(844)	-	(844)
Clientes - Valor líquido	<u>182.704</u>	<u>155</u>	<u>182.859</u>	<u>326.090</u>	<u>155</u>	<u>326.246</u>
Desvios tarifários	91.462	110.127	201.589	120.538	86.027	206.565
Estado e Outros Entes Públicos	11.357	-	11.357	13.157	-	13.157
Clientes e outras contas a receber	<u>285.523</u>	<u>110.282</u>	<u>395.805</u>	<u>459.785</u>	<u>86.182</u>	<u>545.967</u>

Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância o montante em dívida da EDP - Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 57.496 milhares de Euros (216.736 milhares em 31 de dezembro de 2014) e da Galp, o qual ascende a 10.671 milhares de Euros (19.304 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo em dívida da EDP - Distribuição de energia, S.A. inclui a faturação de acerto dos “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual”, no montante de 128.676 milhares de Euros, também refletidos na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” (Nota 17) pela factura da EDP Gestão da Produção de Energia, S.A.. Esta transacção configura-se como um *pass-through* na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

Os movimentos ocorridos na imparidade de clientes e outras contas a receber detalha-se como se segue:

	mar-15	dez-14
Saldo inicial	(844)	(822)
Aumentos	-	(22)
Reversões	-	-
Saldo final	<u>(844)</u>	<u>(844)</u>

11 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o Grupo REN tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

	Nocional	31 de março de 2015			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	575.000.000 EUR	-	-	-	18.039
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	-	-	1.853
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	700.000.000 EUR	-	27.601	-	-
		-	27.601	-	19.892
Derivados de negociação	60.000.000 EUR	-	-	-	596
Instrumentos financeiros derivados		-	27.601	-	20.488

	Nocional	31 de dezembro de 2014			
		Ativo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	275.000.000 EUR	-	-	-	14.282
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	-	-	10.300
Derivados designados como cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	400.000.000 EUR	-	21.970	-	-
		-	21.970	-	24.581
Derivados de negociação		-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivados		-	21.970	-	24.581

A valorização da carteira de instrumentos financeiros derivados é baseada em avaliações de justo valor efetuadas por entidades externas especializadas.

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a contratos *swap* de taxa de juro e *cross currency swap*, contratados pelo Grupo com o objectivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras.

Estão incluídos nos valores apresentados o valor dos juros corridos, a receber ou a pagar à data de 31 de março de 2015, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a pagar de 1.455 milhares de Euros (à data de 31 de dezembro de 2014 era de 614 milhares de Euros).

As características dos instrumentos financeiros derivados contratados associados a operações de financiamento em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 eram as seguintes:

	Nocional de referência	Moeda	REN paga	REN recebe	Vencimento	Justo valor em 31-03-2015	Justo valor em 31-12-2014
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa							
Swaps de taxa de juro	575 000 mEuros	EUR	[0.75%; 2.77%]	[0,0%;0,027%] - taxas variáveis	[dez-2016; dez-2024]	(18.039)	(14.282)
Swap de taxa de câmbio e de juro	10 000 000 mJPY / 72 899 mEuros	EUR/JPY	5,64% (taxa variável a partir de 2019)	2.71%	2024	(1.853)	(10.300)
						(19.892)	(24.581)
Derivados designados como cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	700 000 mEuros	EUR	[0.13%;0.58%] - taxas variáveis	[0.61%;1.72%]	[out-2020; fev-2025]	27.601	21.970
						27.601	21.970
Derivados designados como negociação							
Swaps de taxa de juro	60 000 mEuros	EUR	taxas variáveis a fixar	[0,00%;0,99%]	2024	(596)	-
						(596)	-
					Total	7.113	(2.611)

A periodicidade dos fluxos pagos e recebidos da carteira de instrumentos financeiros derivados é trimestral e semestral para os contratos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, semestral e anual para os derivados designados como de cobertura de justo valor e semestral para o derivado de negociação.

O escalonamento do *notional* de referência dos derivados de cobertura de fluxos de caixa e justo valor é apresentado no quadro seguinte:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de fluxos de caixa	5.769	205.769	63.462	-	-	-	300.000	575.000
Swaps de taxa de juro e câmbio designados como cobertura de fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	72.899	72.899
Swaps de taxa de juro designados como cobertura de justo valor	-	-	-	-	-	400.000	300.000	700.000
Swaps de negociação	-	-	-	-	-	-	60.000	60.000
Total	5.769	205.769	63.462	-	-	400.000	732.899	1.407.899

Swaps:

Cobertura de fluxos de caixa

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de dívida, através da contratação de *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Durante o período findo em 31 de março de 2015 o Grupo contratou *forward start swap* com o objectivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro futuras.

O nomenclatura dos derivados de cobertura de fluxos de caixa é, à data de 31 de março de 2015, de 575.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 275.000 milhares de Euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos swaps de taxa de juro, em 31 de março de 2015, é de 18.039 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2014 era de 14.282 milhares de Euros negativos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um *cross currency swap* com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente *forward start swap* que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objectivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

De referir que são registados na demonstração dos resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transacção coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 31 de março de 2015 é de 1.853 milhares de Euros negativos (em 31 de dezembro de 2014 era de 10.300 milhares de Euros negativos).

O efeito cambial do subjacente (empréstimo), no período de três meses findo em 31 de março de 2015, foi desfavorável no montante de 8.693 milhares de Euros, tendo sido compensado pelo efeito favorável do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício (no período de três meses findo em 31 de março de 2014 foi desfavorável em 1.116 milhares de Euros).

A componente ineficaz relativa à cobertura de justo valor registada na demonstração da posição financeira foi de 5.519 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 4.463 milhares de Euros).

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 29.216 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 24.644 milhares de Euros).

Os movimentos registados na reserva de cobertura (Nota 13) foram os seguintes:

	Justo valor	Impacto imposto diferido	Reserva cobertura
1 de janeiro de 2014	(23.362)	5.373	(17.989)
Variação de justo valor e ineficácia	(1.282)	(198)	(1.480)
31 de dezembro de 2014	(24.644)	5.175	(19.468)
1 de janeiro de 2015	(24.644)	5.175	(19.468)
Variação de justo valor e ineficácia	(4.572)	960	(3.612)
31 de março de 2015	(29.216)	6.136	(23.080)

Cobertura de justo valor

O Grupo procede à cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa fixa decorrentes das emissões de dívida efetuadas. O risco coberto corresponde à variação do justo valor da dívida atribuíveis a movimentos nas taxas de juro de mercado. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro fixa em taxa de juro variável, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto.

O Grupo procedeu, durante o período findo em 31 de março de 2015, a uma emissão de dívida de 300.000 milhares de Euros a taxa fixa. Por forma a gerir as variações de justo valor dessa emissão, a Empresa contratou dois *swaps* de taxa de juro em que paga uma taxa variável e recebe uma taxa fixa, com um nocional de 300.000 milhares de Euros.

O justo valor destes *swaps* de taxa de juro, com um *notional* de 700.000 milhares de Euros (em 31 de dezembro de 2014 era de 400.000 milhares de Euros), em 31 de março de 2015, é de 27.601 milhares de Euros positivos (em 31 de dezembro de 2014 era de 21.970 milhares de Euros positivos).

As alterações de justo valor da dívida emitida decorrente do risco de taxa de juro são reconhecidas em resultados, por forma a compensar a variação de justo valor do instrumento de cobertura na demonstração dos resultados do exercício. No período de três meses findo em

31 de março de 2015, a alteração de justo valor da emissão de dívida relativa ao risco de taxa de juro reconhecida em resultados foi de 1.821 milhares de Euros negativos (em 31 de março de 2014 era de 9.864 milhares de Euros negativos), resultando numa componente ineficaz de cerca de 2.481 milhares de Euros positivos (em 31 de março de 2014 era de 174 milhares de Euros negativos).

Derivados de negociação

O Grupo contratou, em Fevereiro de 2015, um *forward start swap* de taxa de juro com data de início em 2019 e maturidade em 2024, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável.

Este instrumento, apesar de não designado como de cobertura de acordo com a IAS 39, encontra-se a efectuar a cobertura económica do risco de flutuação das taxas de juro futuras para o período considerado.

O nocional deste derivado de negociação é, à data de 31 de Março de 2015, de 60.000 milhares de Euros. Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos futuros de juros à taxa variável decorrente dos passivos financeiros do Grupo. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os fluxos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor do derivado de negociação, em 31 de março de 2015, é de 596 milhares de Euros negativos.

As variações de justo valor do derivado de negociação são registadas directamente nos resultados do exercício. O custo registado nos resultados do exercício relativo ao efeito do justo valor do derivado de negociação é de 596 milhares de Euros.

12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa é como se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
Caixa	22	-
Depósitos bancários	151.149	114.258
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração da posição financeira	151.171	114.258
Descobertos bancários (Nota 14)	(506)	(1.659)
Caixa e equivalentes de caixa nos fluxos de caixa	150.665	112.599

13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

Capital social

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social da REN encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 Euro cada:

	Número de ações	Capital social
Capital Social	534.000.000	534.000

Ações próprias

Em 31 de março de 2015, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	Número de ações	Porcentagem de capital social	Valor
Ações próprias	3.881.374	0,73%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no período de três meses findo em 31 de março de 2015.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Reservas e resultados acumulados

A rubrica de “Reservas”, no montante de 299.188 milhares de Euros, inclui:

- Reserva legal: De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital. Em 31 de março de 2015 esta rubrica ascende a 97.295 milhares de Euros;

- Reservas de justo valor: inclui as variações de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda (47.492 milhares de Euros positivos), conforme detalhado na Nota 9;
- Reserva de cobertura: inclui as variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é efetiva (23.080 milhares de Euros negativos), os quais encontram-se detalhados na Nota 11; e
- Outras reservas: Esta rubrica é movimentada pela (i) aplicação dos resultados dos exercícios, sendo passível de distribuição aos acionistas, exceto quanto à limitação definida pelo Código das Sociedades Comerciais no que respeita às ações próprias (reservas livres), e (ii) variações de capital próprio de entidades participadas, registadas pelo método de equivalência patrimonial. Em 31 de março de 2015, esta rubrica ascende a 177.482 milhares de Euros.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os incrementos decorrentes da adoção de justo valor (reservas de justo valor e reservas de cobertura) apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso.

14 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto à sua maturidade (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, é como se segue:

	Mar 2015			Dez 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos obrigacionistas	80.000	1.521.277	1.601.277	113.500	1.240.762	1.354.262
Empréstimos bancários	100.404	758.487	858.891	111.654	747.388	859.042
Papel comercial	106.000	30.000	136.000	150.000	227.000	377.000
Descobertos bancários (Nota 12)	506	-	506	1.659	-	1.659
Locações financeiras	1.032	1.944	2.976	1.049	2.231	3.280
	<u>287.942</u>	<u>2.311.708</u>	<u>2.599.650</u>	<u>377.862</u>	<u>2.217.381</u>	<u>2.595.243</u>
Juros a pagar - empréstimos	20.445	-	20.445	25.787	-	25.787
Juros pagos (antecipação)	(5.369)	(11.204)	(16.572)	(6.697)	(9.867)	(16.564)
Empréstimos	<u>303.018</u>	<u>2.300.504</u>	<u>2.603.523</u>	<u>396.952</u>	<u>2.207.514</u>	<u>2.604.466</u>

Os empréstimos obtidos apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Anos seguintes	Total
	Dívida - Não Corrente	-	381.087	101.647	456.727	111.836	502.372	746.788
Dívida - Corrente	268.440	30.752	-	-	-	-	-	299.192
Total	<u>268.440</u>	<u>411.839</u>	<u>101.647</u>	<u>456.727</u>	<u>111.836</u>	<u>502.372</u>	<u>746.788</u>	<u>2.599.650</u>

O detalhe dos empréstimos obrigacionistas em 31 de março de 2015 é o seguinte:

31 de março de 2015					
Data da Emissão	Data de Reembolso	Montante inicial	Capital em dívida	Taxa de juro	Periodicidade de pagamento de juros
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'					
26-06-2009	26-06-2024	mJPY 10.000.000 (i)	mJPY 10.000.000	Taxa fixa (ii)	Semestral
21-09-2012	21-09-2016	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 6,25%	Semestral
28-09-2012	28-09-2015	mEUR 50.000 (i)	mEUR 50.000	Taxa fixa	Anual
16-01-2013	16-01-2020	mEUR 150.000 (i)	mEUR 150.000	Taxa variável	Trimestral
31-01-2013	31-01-2018	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 4,125%	Anual
17-10-2013	16-10-2020	mEUR 400.000	mEUR 400.000	Taxa fixa EUR 4,75% (ii)	Anual
12-02-2015	12-02-2025	mEUR 300.000	mEUR 300.000	Taxa fixa EUR 2,50% (ii)	Anual

(i) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

(ii) Estas emissões têm associados *swaps* de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O grupo detém cinco programas de papel comercial no valor de 900.000 milhares de Euros, estando disponíveis 764.000 milhares de Euros. Do valor total dos programas de papel comercial, 575.000 milhares de Euros possuem garantia de colocação.

No período findo em 31 de março de 2015 foram efectuadas as seguintes operações:

- O Grupo procedeu a uma nova emissão obrigacionista a taxa fixa no montante de 300.000 milhares de Euros; e
- No âmbito do contrato de financiamento assinado em 2010 com o Banco Europeu de Investimento, para financiamento de projetos na área de eletricidade, foi desembolsada a segunda tranche, no montante de 75.000 milhares de Euros.

Os empréstimos bancários são constituídos na sua maioria (614.395 milhares de Euros) por empréstimos do BEI - Banco Europeu de Investimento.

O Grupo tem ainda 80.000 milhares de Euros em linhas de crédito contratadas e não utilizadas com vencimentos até um ano, sendo renováveis periodicamente de forma automática (caso não sejam denunciadas no período contratualmente estipulado para o efeito).

Decorrente da cobertura de justo valor existente, sobre emissões de dívida de 700.000 milhares de Euros (Nota 11), foi reconhecida a alteração de justo valor dessas emissões, relativa ao risco de taxa de juro diretamente em resultados, no montante de 1.821 milhares de Euros negativos (em 31 de março de 2014 era de 9.864 milhares de Euros negativos).

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes *covenants* principais: *Cross default*, *Pari Passu*, *Negative Pledge*, *Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo). O rácio de *Gearing* do Grupo cumpre confortavelmente os limites definidos contratualmente estando 104% acima do valor mínimo (em 31 de dezembro de 2014, encontrava-se 97% acima do limite).

Os financiamentos celebrados com o BEI incluem ainda *covenants* relacionados com notações de *rating* em que o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI, no caso de verificação de notações *rating* abaixo dos níveis estipulados.

Segundo normas legais relativas à concorrência, termos contratuais e práticas usuais de mercado nem a REN nem as suas contrapartes em contratos de financiamento estão autorizadas a divulgar outras informações relativamente às características das respectivas operações de financiamento.

A REN e as suas subsidiárias são parte em alguns contratos de financiamento e emissões de dívida, que incluem cláusulas de alteração de controlo típicas neste tipo de transações (abrangendo, ainda que de forma não expressa, alterações de controlo em resultado de ofertas públicas de aquisição) e essenciais para a concretização de tais transações no respetivo contexto de mercado. Em qualquer caso, a aplicação prática destas cláusulas é limitada considerando as restrições legais à titularidade de ações da REN.

Locações

Os pagamentos mínimos das locações financeiras e o valor atual do passivo das locações financeiras em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são detalhados como se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
Locações Financeiras - pagamentos mínimos da locação		
Até 1 ano	1.086	1.133
Entre 1 e 5 anos	2.025	2.309
	3.111	3.442
Custos financeiros futuros das locações financeiras	(135)	(162)
Valor actual do passivo das locações financeiras	2.976	3.280
	Mar 2015	Dez 2014
Valor actual das Locações financeiras		
Até 1 ano	1.032	1.049
Entre 1 e 5 anos	1.944	2.231
	2.976	3.280

15 OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

A REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. concede complementos de pensões de reforma, pré-reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como “Outros benefícios”). O Grupo atribui aos empregados planos de seguro de vida.

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	Mar 2015	Dez 2014
Obrigações na demonstração da posição financeira		
Plano de pensões	85.343	86.465
Cuidados médicos e outros benefícios	40.069	39.996
Plano de seguro de vida	161	157
	125.573	126.617

Durante os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014, foram reconhecidos os seguintes gastos operacionais, relativos a planos de benefícios com os empregados:

	Mar 2015	Mar 2014
Gastos na demonstração dos resultados (Nota 22)		
Plano de pensões	1.163	1.429
Cuidados médicos e outros benefícios	347	416
Plano de seguro de vida	4	4
Total de Gastos na demonstração dos resultados	1.514	1.848

Os valores reportados a 31 de março de 2015 resultam da projeção da avaliação atuarial efetuada a 31 de dezembro de 2014, para o período de três meses findo em 31 de março de 2015, considerando a estimativa de salários para o ano de 2015.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego, são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Mar 2015	Dez 2014
Taxa anual de desconto	2,00%	2,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço) - ao abrigo do ACT	20,00%	20,00%
Percentagem expectável de activos elegíveis para reforma antecipada por actos de gestão	20,00%	20,00%
Taxa anual de crescimento dos salários	2,70%	2,70%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,20%	1,20%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	0%	0%
Taxa de inflação	1,20%	1,20%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	3,50%	3,50%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	€223	€223
Taxa de crescimento das despesas de gestão	1,20%	1,20%
Idade de reforma (número de anos)	66	66
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90

16 PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

	Mar 2015	Dez 2014
Saldo inicial	7.316	5.903
Aumentos	-	1.449
Utilizações	(126)	(35)
Saldo final	7.190	7.316
Provisão corrente	2.242	2.369
Provisão não corrente	4.947	4.947
	7.190	7.316

Em 31 de março de 2015 a rubrica de provisões refere-se essencialmente à estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros e a uma provisão para reestruturação no montante de 1.213 milhares de Euros no âmbito do processo de reestruturação do Grupo em curso.

17 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 apresenta o seguinte detalhe:

	Mar 2015			Dez 2014		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornecedores conta corrente (Nota 12)	115.736	-	115.736	263.608	-	263.608
Outros credores						
Credores diversos (Nota 12)	129.530	27.618	157.149	145.500	27.788	173.288
Desvios tarifários (Nota 12)	41.180	13.784	54.965	55.650	2.975	58.625
Fornecedores de investimento (Nota 12)	34.603	-	34.603	99.813	-	99.813
Estado e outros entes públicos (Nota 12) (i)	14.056	-	14.056	18.615	-	18.615
Proveitos diferidos						
Subsídios ao investimento	17.898	294.824	312.722	17.795	297.465	315.259
Acréscimos de custos						
Férias e subsídios e outros encargos férias (Nota 12)	5.788	-	5.788	4.729	-	4.729
Fornecedores e outras contas a pagar	358.790	336.226	695.017	605.710	328.228	933.938

(i) O saldo do Estado e outros entes públicos refere-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

Em 31 de março de 2015 a rubrica “Credores diversos” inclui, essencialmente, (i) o montante de 47.187 milhares de Euros relativo a uma verba recebida pelo Estado Português, em 3 de janeiro de 2014, que será devolvida ao Sistema Elétrico Nacional, para efeitos de redução do défice tarifário e mitigação do impacto tarifário dos custos com a política energética, nos termos da legislação aplicável; e (ii) o reconhecimento em 2015 da obrigação referente à contribuição extraordinária sobre o setor energético no montante de 25.440 milhares de Euros (Nota 25).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o saldo da rubrica de “Fornecedores conta corrente” inclui o acerto dos “CMEC - Custo para a Manutenção do Equilíbrio Contratual” faturado pela EDP - Gestão da Produção de energia, S.A., no montante de 128.676 milhares de Euros, também refletidos na rubrica de “Clientes e outras contas a receber” (Nota 10) através da fatura emitida à EDP - Distribuição de Energia, S.A.. Esta transacção configura um *pass-through* na demonstração consolidada dos resultados da REN, facto pelo qual se encontra compensada nessa demonstração.

18 VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados, é detalhado como se segue:

	Mar 2015	Mar 2014
Vendas de Materiais		
Mercado interno	62	21
	<u>62</u>	<u>21</u>
Prestação de Serviços - Mercado Interno		
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema	86.892	96.324
Transporte de gás natural	30.217	30.811
Regaseificação	7.859	7.250
Armazenamento de gás natural	3.919	3.252
Rede de telecomunicações	1.243	1.236
Margem do Agente Comercial - REN Trading	1.263	989
Outros	611	134
	<u>132.004</u>	<u>139.996</u>
Total das Vendas e Prestações de serviços	<u>132.066</u>	<u>140.017</u>

19 RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO

No âmbito dos contratos de concessão enquadráveis na IFRIC 12, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo REN não tem qualquer margem na construção dos ativos afetos à concessão. O detalhe do rédito e dos encargos com a aquisição dos ativos concessionados nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014 é o seguinte:

	Mar 2015	Mar 2014
<u>Rendimentos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	4.693	4.901
- Trabalhos para a própria empresa:		
Encargos financeiros (Nota 5)	522	964
Encargos de estrutura e gestão (Nota 5)	3.156	3.660
	<u>8.370</u>	<u>9.524</u>
<u>Gastos de construção - ativos de concessão</u>		
- Aquisições	4.693	4.901
	<u>4.693</u>	<u>4.901</u>

20 OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros rendimentos operacionais” é apresentada como se segue:

	Mar 2015	Mar 2014
Reconhecimento de subsídios ao investimento	4.474	4.447
Proveitos suplementares	312	450
Mais-valia na alienação da Enagás (Nota 9)	20.083	-
Outros	445	400
	25.315	5.296

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014 apresentava o seguinte detalhe:

	Mar 2015	Mar 2014
Subcontratos de transporte de gás	890	944
Custos de manutenção	817	893
Comissões a entidades externas i)	1.949	1.313
Custos com energia eléctrica	1.034	981
Custos com seguros	817	698
Custos com publicidade e comunicação	177	224
Vigilância e segurança	412	415
Outros (inferiores a 400 milhares de euros)	1.029	1.214
Fornecimentos e serviços externos	7.125	6.683

i) As comissões pagas a entidades externas referem-se a trabalhos especializados e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.

22 GASTOS COM PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” decompõe-se da seguinte forma:

	Mar 2015	Mar 2014
Remunerações		
Órgãos sociais	606	549
Pessoal	7.986	8.194
	8.591	8.744
Encargos sociais e outros gastos		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 15)	1.514	1.848
Encargos sobre remunerações	1.789	1.853
Custos de ação social	12	8
Outros	624	605
	3.940	4.314
Total de Gastos com o pessoal	12.531	13.058

As remunerações dos órgãos sociais incluem as remunerações do Conselho de Administração da REN SGPS e as remunerações auferidas pela Mesa da Assembleia Geral.

23 OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de “Outros gastos operacionais” é como se segue:

	Mar 2015	Mar 2014
Custos de funcionamento da ERSE i)	2.302	2.249
Impostos	198	280
Donativos e Quotizações	625	594
Outros	195	39
	3.321	3.162

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE, refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

24 GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é como se segue:

	Mar 2015	Mar 2014
Gastos de financiamento		
Juros suportados	27.129	31.791
Outros investimentos financeiros	17	203
Outros gastos financeiros	823	535
	27.969	32.529
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	65	1.376
Instrumentos financeiros derivados	3.556	1.310
	3.621	2.685

25 CONTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA SOBRE O SETOR ENERGÉTICO

A Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro veio introduzir uma contribuição específica sobre as entidades que operam no ramo da energia, denominada Contribuição Extraordinária sobre o Sector energético (CESE), tendo sido prorrogada pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro.

O regime criado visa financiar mecanismos que promovam a sustentabilidade sistémica do sector, através da constituição de um fundo com o principal objectivo de redução do défice tarifário. Encontram-se sujeitas a este regime, entre outras, as entidades que sejam concessionárias das atividades de transporte ou de distribuição de electricidade e gás natural.

O cálculo do valor a desembolsar, no caso de empresas reguladas, incide sobre o mais elevado entre o valor dos activos regulados e o valor do activo líquido, à data de 1 de janeiro de 2015, sobre os quais é aplicada a taxa de 0,85%.

Na medida em que se trata de uma obrigação presente cujos factos originários já ocorreram, tendo tempestividade e quantia certas ou determinável, a REN reconheceu um passivo no montante de 25.440 milhares de Euros (Nota 17), um diferimento ativo no montante de 19.080 milhares de Euros e o correspondente gasto relativo ao período de três meses findo em 31 de março de 2015 no montante de 6.360 milhares de Euros.

26 RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados como se segue:

		Mar 2015	Mar 2014
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	39.390	26.293
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 13)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 13)		3.881.374	3.881.374
Nº de ações no período	(3)	<u>530.118.626</u>	<u>530.118.626</u>
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1)/(3)	0,07	0,05

Pelo facto de não existirem situações que originem diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

27 DIVIDENDOS POR AÇÃO

No dia 17 de abril de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral a distribuição de dividendos aos acionistas, em função do resultado de exercício de 2014, no montante de 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação), incluindo o dividendo atribuível às ações próprias no montante de 664 milhares de Euros.

A distribuição de dividendos, apurados em função do resultado consolidado do exercício de 2013, ascendeu a 91.314 milhares de Euros (0,171 Euros por ação). O dividendo atribuível às ações próprias ascendeu a 664 milhares de Euros, tendo sido pago aos acionistas o montante de 90.650 milhares de Euros.

28 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro 2014, o Grupo tem garantias prestadas às seguintes entidades:

Beneficiário	Objecto	Mar 2015	Dez 2014
BEI	Para garantir empréstimos	347.404	272.404
Direcção Geral de Geologia e Energia	Cumprimento das obrigações de Contratos de Concessão	20.500	20.500
Juiz de Direito do Tribunal de Comarca	Caucionar a expropriação de terrenos	5.549	5.549
Câmara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	2.152	4.079
Operador Mercado Ibérico	Garantir a liquidação da dívida exequenda	2.000	2.000
Câmara Municipal de Odivelas	Garantia de processos em curso	1.119	1.119
Instituto da Segurança Social	Garantir a liquidação da dívida	511	511
Câmara Municipal de Silves	Garantia de processos em curso	352	352
Autoridade Tributária e Aduaneira	Garantir a suspensão de processo de execução fiscal	205	205
NORSCUT - Concessionária de Auto-estradas, SA	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes de obras	200	200
União Europeia	Garantia prestada no âmbito de subsídio ao investimento (Reforço Beira Interior)	177	177
Tribunal do Trabalho de Lisboa	Garantia de processos em curso	-	153
Câmara Municipal de Aveiro	Garantia de processos em curso	87	43
EP - Estradas de Portugal	Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem de obras	84	84
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	Garantir a suspensão do Processo de Execução n.º 412/13	2	2
		380.342	307.377

29 PARTES RELACIONADAS

Principais acionistas e ações detidas pelos membros dos órgãos sociais

Com referência a 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a estrutura acionista do Grupo REN é a seguinte:

	Mar 2015		Dez 2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
State Grid Europe Limited (Grupo State Grid)	133.500.000	25,00%	133.500.000	25,00%
Mazoon B.V. (Grupo Oman Oil Company S.A.O.C.)	80.100.000	15,00%	80.100.000	15,00%
Gestmin, SGPS, S.A.	31.326.951	5,87%	31.326.951	5,87%
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	27.048.854	5,07%	26.421.424	4,95%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.707.335	5,00%	26.707.335	5,00%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,00%	26.700.000	5,00%
EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A.	-	-	15.667.174	2,93%
Ações próprias	3.881.374	0,73%	3.881.374	0,73%
Free float	178.035.486	33,34%	162.995.742	30,52%
	534.000.000	100,00%	534.000.000	100,00%

Transações de ações por membros do Conselho de Administração

Não ocorreram situações de transações efectuadas por membros dos órgãos sociais, face às demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2014.

Remunerações do Conselho de Administração

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado de acordo com a IAS 24 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão do grupo.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2015, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 606 milhares de Euros (549 milhares de Euros em 31 de março de 2014) conforme quadro abaixo:

	Mar 2015	Mar 2014
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	606	549
	606	549

Transações com sociedades em relação de domínio ou de grupo

No exercício da sua atividade a REN realiza transações com entidades do Grupo ou com entidades em relação de domínio. Os termos e condições praticadas entre a REN e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

No processo de consolidação, os montantes relativos às transações realizadas e os saldos por liquidar são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 3.2 das notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014).

As principais transações realizadas entre empresas do Grupo REN foram: (i) financiamentos e suprimentos concedidos pela Empresa-mãe, no âmbito da gestão corrente dos mesmos; e (ii) serviços partilhados pelo Grupo, nomeadamente, serviços jurídicos, administrativos e de informática.

Saldos e transações com acionistas, empresas associadas e outras partes relacionadas

O Grupo REN efetuou as seguintes transações com acionistas de referência, detentores de participações qualificadas e entidades associadas:

Rendimentos

	Mar 2015	Mar 2014
<u>Vendas e prestações de serviços</u>		
Faturação emitida - EDP	268.166	457.341
Faturação emitida - REE	513	305
Faturação emitida - Centro de Investigação em Energia REN - State Grid	18	37
<u>Rendimentos financeiros:</u>		
Rendimentos financeiros - OMIP	114	-
Juros de aplicações - CGD ¹	-	139
	<u>268.811</u>	<u>457.823</u>

¹ No âmbito do processo de reprivatização da Empresa esta entidade deixou de fazer parte da estrutura acionista desde 17 de junho de 2014.

Os valores apresentados como faturação emitida à EDP referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Eléctrica (TEE) que incluem montantes que se configuram como um *pass-through*, cujos rendimentos e gastos se encontram compensados na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos

	Mar 2015	Mar 2014
<u>Fornecimentos e serviços externos</u>		
Faturação recebida - EDP	118.327	247.257
Faturação recebida - OMIP	63	-
Faturação recebida - REE	1.271	-
Faturação recebida - CMS Rui Pena & Arnaut ¹	28	11
<u>Gastos de financiamento:</u>		
Juros de financiamentos - CGD ²	-	16
Comissões de papel comercial e outros empréstimos - CGD ²	-	231
Instrumentos financeiros derivados - CGD ²	-	840
	<u>119.688</u>	<u>248.354</u>

¹ Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut

² No âmbito do processo de reprivatização da Empresa esta entidade deixou de fazer parte da estrutura acionista desde 17 de junho de 2014.

Os valores apresentados como faturação recebida da EDP são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade, cujos rendimentos e gastos são compensados na demonstração consolidada dos resultados, por se configurar como uma operação de “agente” do ponto de vista de reconhecimento do rédito.

Saldos

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como se segue:

	Mar 2015	Dez 2014
<u>Cientes e outras contas a receber</u>		
EDP - clientes	73.623	227.448
EDP - outros devedores	2.127	1.633
OMIP - outros devedores	1	2
OMIP - cauções	400	700
Oman Oil - outros devedores	1	1
Fidelidade - Companhia de seguros - outros devedores	1	1
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros devedores	5	211
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Clientes	7	15
REE - Clientes	223	35
	76.388	230.045
<u>Fornecedores e outras contas a pagar</u>		
EDP - saldo em fornecedores	10.530	132.979
OMIP - outras contas a pagar	-	183
OMIP - cauções recebidas	27	27
Centro de Investigação em Energia REN - State Grid - Outros credores	-	7
REE - Fornecedores	-	248
Norfin Sociedade Gestora de Fundos - cauções recebidas ¹	-	9
CMS - Rui Pena & Arnaut - saldo em fornecedores ²	15	20
	10.572	133.472

¹ Entidade relacionada com o Grupo EGF - Gestão e Consultoria Financeira, S.A. Este Grupo em 31 de março de 2015 não faz parte da estrutura acionista da REN.

² Entidade relacionada com o Administrador José Luis Arnaut

30 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem quaisquer situações de eventos subsequentes a reportar.

O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

O Conselho de Administração

Rodrigo Costa
(Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva)

Manuel Champalimaud
(Vogal do Conselho de Administração)

João Faria Conceição
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Jorge Magalhães Correia
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Morais Soares
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva)

Francisco João Oliveira
(Vogal do Conselho de Administração)

Guangchao Zhu
(Vice-Presidente do Conselho de Administração designado pela State Grid International Development Limited)

José Luis Arnaut
(Vogal do Conselho de Administração)

Mengrong Cheng
(Vogal do Conselho de Administração)

Manuel Sebastião
(Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Longhua Jiang
(Vogal do Conselho de Administração)

Gonçalo Gil Mata
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Omar Al Wahaibi
(Vogal do Conselho de Administração)

Maria Estela Barbot
(Vogal do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria)

Nota: As restantes folhas do presente Relatório e contas (1º Trimestre de 2015) foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade, Pedro Cabral Nunes, e pelo Técnico Oficial de Contas, Maria Teresa Martins.